



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá - Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220  
Fone: (095) 3624-1224 - E-mail: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

## **ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO (IN SEGES/MPDG 05/2017)**

(Processo Administrativo n.º 23231.000475.2018-15)

### **1. OBJETO**

1.1 Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Serviços de Engenharia de Adequação de Acessibilidade do Campus Boa Vista Centro do IFRR.

### **2. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

- Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2001;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013;
- Decreto nº 5.452 (CLT), de 1º de maio de 1943;
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto n. 5.296 de 02 de dezembro de 2004;
- ABNT NBR 9050:2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 16537:2016 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação;
- ABNT NBR 15575-3/2013 – “Edificações habitacionais — Desempenho — Requisitos para os sistemas de pisos”;
- ABNT NBR 6118/2014 – “Projeto de estruturas de concreto – Procedimento”;
- Instruções Técnicas do CBMRR; e
- Demais Normas ABNT aplicável ao caso, que não foram mencionadas anteriormente.

### **3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES**

Não há contratações similares na Instituição.

### **4. CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR AOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011**

Considerando que as informações contidas neste documento não colocam em risco a segurança da sociedade ou do Estado, haja vista não se enquadrar em nenhuma alínea prevista no art. 23 da Lei nº 12.527/2011, não será necessário a classificação das informações como sigilosa conforme referida lei.

### **5. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Na última década, a legislação brasileira avançou significativamente acerca da garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Os dois principais documentos referentes a estes direitos são: a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2008 com caráter de ementa constitucional, e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, de 6 de junho de 2015.

A garantia da acessibilidade no ambiente construído contribui diretamente para a inclusão de pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá - Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220  
Fone: (095) 3624-1224 - E-mail: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

com deficiência ou mobilidade reduzida. É importante estarmos conscientes que pessoas com deficiência são, antes de mais nada, pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Uma das formas de “promover a inclusão” é promover acesso no ambiente construído, independente das habilidades do cidadão – seja ele estudante ou servidor com deficiência, sem deixar de garantir-lhe independência, conforto e segurança.

O Campus Boa Vista do IFRR é constituído de edificações antigas, que não atendem as normas de acessibilidade vigentes, e não dispõe de uma rota acessível para portadores de necessidades especiais com acesso as edificações que compõe o complexo escolar. Além disso, se faz extremamente necessário à adequação da escola a fim de atender, não só a legislação, mas as solicitações dos órgãos federais (MPT) e avaliação dos cursos superiores realizados periodicamente pelo MEC.

A partir do levantamento das lacunas de acessibilidade realizado no campus Boa Vista Centro do IFRR foi possível traçar as principais ações para sua adequação conforme a ABNT NBR 9050/2015 e a NBR 16537/2016, de maneira que pudesse atender o máximo possível das normas.

Dessa maneira, faz-se necessário a reforma das instalações físicas, como definição de uma rota acessível, instalação de piso tátil na rota acessível, adequação de rampas, balcões, banheiros, instalação de guarda-corpo e corrimão e outros serviços.

## **6. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DO IFRR**

A presente demanda encontra respaldo institucional conforme previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR 2014-2018, consoante à necessidade de atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Além disso, a contratação está prevista no Plano Anual de Trabalho do exercício 2018, conforme Macro Projeto Institucional 4.5.3 – Gestão de Obras Civis: Meta 4.5.3.3 - Readequar a infraestrutura física para atendimento da legislação relacionada à acessibilidade e segurança da infraestrutura física: Ação Institucional 4.5.3.3.1 - Elaborar e executar o projeto de combate a incêndio e pânico e acessibilidade das edificações do Campus Boa Vista (CBV).

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1 REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE**

Para que o serviço seja satisfatoriamente contratado e corretamente executado, faz-se necessário a exigência de requisitos mínimos de qualificação técnica a ser apresentado pela empresa que prestará o serviço objeto da contratação:

- Prova de inscrição ou registro da empresa e de seus responsáveis técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei nº 12.378/2010) da região, em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho de atividades pertinentes e compatível com o objeto da presente contratação;
- Comprovação da empresa de possuir em seu corpo técnico, ao menos 01 (um) profissional de Nível Superior com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66), detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este Conselho, que comprove ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá - Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220  
Fone: (095) 3624-1224 - E-mail: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do distrito federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviços compatíveis com o objeto da presente licitação.

## 7.2 SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA OU NÃO;

A prestação do serviço não possui natureza continuada, visto que se trata da execução de serviços de engenharia a serem realizados no local, uma vez concluído os serviços e atendidos todos os requisitos da obrigação da empresa, não se faz necessário a continuidade da prestação dos serviços.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

## 7.3 CRITERIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Deverão ser observados nas especificações dos serviços e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, os seguintes critérios apresentados na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI do MPOG :

- a) Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- b) Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- c) Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- d) Energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- e) Sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- f) Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- g) Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- h) Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- i) Quando for o caso, comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço;
- j) Priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- k) Elaborar, quando necessário, o Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, devendo ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- a) use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá - Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220  
Fone: (095) 3624-1224 - E-mail: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

48.138, de 8 de outubro de 2003;

- c) Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- g) Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- h) Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999

#### DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

Será necessário a duração da vigência inicial do contrato contemplar o total de 12 meses, considerando o prazo estimado para execução e conclusão dos serviços de aproximadamente 6 meses, prazo para o recebimento provisório e definitivo após a conclusão dos serviços de engenharia de aproximadamente 4 meses, somando-se assim um prazo de vigência mínimo de 10 meses.

#### 7.4 TRANSIÇÃO CONTRATUAL COM TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS:

Não se aplica ao serviço pleiteado, tendo em vista que não se trata de serviço continuado.

### 8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades de serviços a serem contratados serão mensuradas com base no orçamento expedito do projeto de acessibilidade do campus, com exceção dos serviços de elevador e plataformas elevatórias, a ser desenvolvido por profissional habilitado do Departamento Técnico de Engenharia e Obras da Reitoria. A elaboração dos preços de referências será realizada de acordo com o Decreto n.º 7.983/2013, utilizando-se como base para quantificação dos serviços e formação do preço de referências os critérios das tabelas e cartilhas do SINAPI da Caixa Econômica Federal.

### 9. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

Não se vislumbra outras soluções de mercado para atendimento desta demanda a não ser a elaboração de um projeto de acessibilidade com necessidade de execução de serviços de engenharia para adequação da estrutura física existente, com a finalidade de criar uma rota acessível para portadores de necessidade especial e permitir o acesso a todos os ambientes de uso comum da edificação.

### 10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER ADOTADA

A solução adotada para o problema se resume a criação de uma rota acessível que permita ao portador de necessidade especial ou mobilidade reduzida acessar a todas as áreas públicas e ambientes de uso comum de maneira segura, orientando o fluxo dentro da edificação e facilitando o acesso e uso de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá - Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220  
Fone: (095) 3624-1224 - E-mail: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

banheiros, salas e demais ambientes, conforme preconiza a normas ABNT NBR 9050/2015 e a NBR 16537/2016.

Assim, devem ser contemplados a instalação de piso tátil na rota acessível, adequação de rampas, balcões, banheiros, instalação de guarda-corpo e corrimão e outros serviços que não estejam em desacordo com as normas.

Vale lembrar que o Campus Boa Vista é a unidade mais antiga da instituição, onde os prédios construídos possuem idade com mais de 10 anos, o que gera certa dificuldade em adaptar a edificação para atender integralmente as normas vigentes. Além disso, já existiam alguns itens de acessibilidade, como corrimão, guarda-corpo e rampas, que não atendem as normas, sendo necessário a substituição e/ou reparo.

#### **11. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS**

O valor estimado pela Administração será realizado com base na metodologia trazida pelo Decreto Federal N.º 7.983/2013, utilizando-se como base os preços praticados nas tabelas de referência do SINAPI/CEF para o município de Boa Vista – RR. Demais serviços e insumos que não tiverem referência de preços no SINAPI, serão adotados a metodologia da Instrução Normativa nº. 5 de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº. 3 de 20 de abril de 2017.

#### **12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Para tanto, todos os serviços de engenharia necessários a serem executados no Campus Boa Vista para atendimento das normas de acessibilidade foram divididos em três etapas: 1) aquisição e instalação de plataformas elevatórias; 2) aquisição e instalação de elevador de passageiro; e 3) execução dos serviços de engenharia de adequação da infraestrutura física e demais serviços (piso tátil, rampas, corrimão, guarda-corpo e outros serviços);

Com a divisão busca-se aumentar a competitividade entre as empresas que participarão da licitação, dado a existência de poucas empresas locais com experiência para executar todas as etapas em uma só contratação e dificuldade em encontrar empresas especializadas em instalação de elevador que realizem execução de obras civis.

#### **13. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a contratação almejam-se os seguintes resultados:

- Permitir o acesso das pessoas portadoras de necessidade especiais ou com mobilidade reduzida as dependências, em atendimento a Lei nº 10.098/2000;
- Atender ao uso mais confortável das dependências do Campus, por pessoas portadoras de necessidade especiais ou com mobilidade reduzida, garantindo um ambiente adequado de trabalho e contribuindo para a sensação de bem-estar aos seus usuários.

#### **14. ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

Devem ser observados os seguintes requisitos pela Administração, para efetiva execução dos serviços e correto funcionamento dos equipamentos:

- Permitir que os serviços sejam executados dentro do horário de funcionamento do órgão. Desta forma, será necessário que na ocorrência de instalação de equipamentos na parte interna da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá - Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220  
Fone: (095) 3624-1224 - E-mail: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

edificação que esta mantenha-se fechada, e as chaves de acesso estejam devidamente identificadas e disponíveis na portaria ou setor específico, ou ainda que seja disponibilizado um servidor para ser fazer presente no dia e horário agendados para a realização dos serviços;

- Indicar um servidor lotado no setor de manutenção da unidade a ser contemplada pelo objeto, para participar da Fiscalização ou Recebimento Definitivo do objeto, com a finalidade de conhecer o os serviços executados e realizar o acompanhamento da garantia dos serviços;
- Capacitação de servidores, em especial os que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato, adequando seus conhecimentos a este novo modelo que além da fiscalização direta do servidor, também se insere a fiscalização do público usuário dos serviços como parâmetro para medição da qualidade do serviço que está sendo prestado, além de propiciar o conhecimento necessário a estes para realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do contrato e suas possíveis prorrogações.

#### **15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a inviabilidade e contratação desta demanda.

#### **16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Com base nos elementos anteriormente apresentados no presente documento de Estudos Preliminares realizados por esta Equipe de Planejamento, tendo em vista a necessidade de atendimento às legislações e normas de acesso as pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, DECLARAMOS ser viável a contratação pretendida pela Administração do ponto de vista técnico e gerencial do contrato, bem como a viabilidade econômico-financeira.

#### **17. MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

É responsável pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação o(s) seguinte(s) servidor(es):

Boa Vista – RR, 05 de outubro de 2018.

**Rodrigo da Silva Santos**

Siape: 1016145

Cargo: Téc. Administrativo – Eng. Civil

Email: rodrigo.santos@ifrr.edu.br